

Marlise Matos
Universidade Federal de Minas Gerais

Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências

Resumo: O esforço deste artigo é delimitar, através de três conjuntos distintos de reflexões, qual seria o estatuto da “temática” e do “conceito” de gênero hoje no contexto acadêmico-universitário brasileiro. Os três conjuntos de reflexões referem-se: 1) a uma colocação em perspectiva do atual estado da arte dos estudos de gênero e feministas na reflexão acadêmica no Brasil; 2) à conseqüente tentativa de explicitação e delimitação teórico-conceitual desses estudos, incluindo nesse âmbito a sua visada, não mais como conceito, ferramenta ou construto analítico, mas como campo novo nas ciências humanas e sociais e mesmo um novo campo epistêmico das ciências; e 3) a discutir implicações e conseqüências que tal iniciativa teria para as ciências, repercutindo algumas contribuições em uma epistemologia propriamente feminista, bem como postular uma ciência com caráter multicultural e emancipatório.

Palavras-chave: estudos de gênero; estudos feministas; epistemologia feminista.

Copyright © 2008 by Revista Estudos Feministas.

Já há algum tempo de minha trajetória acadêmica venho me digladiando com aquilo que algumas autoras designam como “temática” de gênero e feminista. Tenho sido solicitada a definir, apresentar, resumir ou mesmo explicar o “conceito” gênero para alunas/os, colegas, representantes de movimentos sociais, amigas/os, pessoal da mídia e para o público em geral. E reconheço que não tem sido assim tão simples a empreitada. Como se articulam os estudos de gênero, o feminismo e as ciências? Todas as pesquisas e reflexões teóricas que têm gênero no seu escopo são necessariamente feministas?

Sobretudo agora em que me encontro coordenadora de duas instituições profundamente vinculadas às discus-

sões de gênero – a RedeFem (Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas) e o NEPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher) da UFMG – as perguntas e inquietações têm me sido cada vez mais demandadas. O esforço deste artigo é delimitar, através de três conjuntos distintos de reflexões, qual seria o estatuto dessa “temática” e do “conceito” hoje no contexto acadêmico-universitário brasileiro. Os três conjuntos de reflexões referem-se: 1) a uma colocação em perspectiva do atual estado da arte dos estudos de gênero e feministas na reflexão acadêmica no Brasil; 2) à conseqüente tentativa de explicitação e delimitação teórico-conceitual desses estudos, incluindo nesse âmbito a sua visada, não mais como conceito, ferramenta ou construto analítico, mas como *campo novo* nas ciências humanas e sociais e mesmo um novo campo epistêmico das ciências; e 3) a discutir implicações e conseqüências que tal iniciativa teria para as ciências, repercutindo algumas contribuições em uma epistemologia propriamente feminista, bem como postular uma ciência com caráter multicultural e emancipatório.

A partir desses três grupos de reflexões, de âmbito eminentemente teórico, pretendo estar contribuindo para a consolidação e, fundamentalmente, para o empoderamento desse novo *campo* de saber que tem se descortinado para as ciências humanas e sociais, mas que tem sido profundamente influente em inúmeras outras áreas disciplinares.

Trata-se, portanto, de revelar minha inquietação com o processo de difusão pelo qual passa o conceito (levando pesquisadores ao uso sistemático de abordagens teóricas as mais distintas, e às vezes incompatíveis, acrescidas pura e simplesmente do gênero – teorias e gênero); mas, além disso, de visar o resgate, dentre uma miríade de opções, de um caráter crítico-reflexivo radical à condição de subordinação, opressão e subalternização das mulheres (evidenciado pela adesão ao que aqui defenderei como campo de gênero e feminista, onde se articulariam, por sua vez, as teorias de gênero), perspectivando, pois, esse campo por um viés emancipatório.

O artigo se organiza, então, com as seguintes partes: no primeiro tópico tematizo a passagem para a adoção do “conceito” de gênero no âmbito do desenvolvimento dos estudos de mulheres e feministas; no segundo proponho que se passe a pensar gênero como campo científico – o *campo de gênero e feminista* – que opera a partir de uma outra versão/re-significação de *universal* que seria, por sua vez, repostado numa chave *histórica e contingente*; no ponto três o leitor encontra breve discussão sobre o conhecimento fundamentado historicamente no racionalismo cartesiano-

iluminista, foco de intensas, profundas e sistemáticas revisões pelas cientistas feministas; na conclusão, retomo a discussão sobre sujeito e agenciamento/empoderamento das mulheres decorrente da ampliação desse escopo epistêmico para sua afirmação, partindo-se, então, de um paradigma científico a uma só vez complexo, multicultural e emancipatório que resgata dimensões abertas, plurais e multidimensionais do conhecimento e da cognição.

I

Durante anos, séculos, as mulheres estiveram excluídas da possibilidade de fazer ciência e de contribuir para a produção de conhecimento científico e/ou filosófico. As religiões, e depois as próprias organizações científicas, se incumbiram dessa opressão. Robin Schott, ao discutir as origens ascético-religiosas da universidade e realizando aposta numa linha possível (e pensável) de continuidade entre o conhecimento religioso e científico, afirma:

Na Alemanha, por exemplo, erudição e pesquisa ocorreram inteiramente no seio do sistema universitário, que se achava profundamente enraizado na vida eclesiástica. Como as universidades surgiram literalmente da Igreja, as mulheres foram também excluídas dessas novas instituições, assim como haviam sido excluídas da pregação evangélica. A concepção leiga de razão pura e conhecimento desinteressado que surgiu nesse contexto reflete o compromisso ascético cristão em purificar a alma da poluição do corpo e excluir as mulheres do caminho da razão pura.¹

¹ SCHOTT, 1996, p. 109.

Tal conexão não casual ou banal entre religião ascética e conhecimento universitário fez com que, tanto a filosofia quanto a ciência modernas, se empenhassem em excluir mulheres da busca pela verdade, já que as impediam sistematicamente de estudar, assim como as impediam de receber instrução profissional, revelando tendenciosidade androcêntrica que nos tomou séculos para desconstruir e sobre a qual seria difícil afirmar estar já superada. Os movimentos organizados de mulheres, e depois os movimentos feministas de todos os matizes, inauguraram no alvorecer do século XX grandes viradas, inclusive no escopo do próprio modo de se perceber o conhecimento.

Após arrombarem as portas do saber acadêmico e universitário ao longo dos séculos XVIII e XIX, foi no alvorecer do século XX, especialmente entre os anos 30 e 70, que surgiram grupos de acadêmicas que problematizaram a produção do conhecimento a partir de um viés crítico,

² SCHOTT, 1996; e Célia AMORÓS, 1997.

³ Gayle RUBIN, 1975; e Joan SCOTT, 1986.

⁴ PISCITELLI, 2002, p. 7.

⁵ Teresa DE LAURETIS, 1986; e Guacira Lopes LOURO, 1997.

gerando os estudos feministas (*feminist studies*) ou os estudos de mulheres (*women studies*). Após consolidarem arenas consistentes de debate científico, tendo realizado toda sorte de inflexões em vários campos disciplinares, partindo das críticas aos vieses androcêntricos encontrados nesses campos, os questionando fortemente, assim como também, algumas delas, voltando-se para a crítica consistente ao “fetichismo da objetividade”,² as mulheres feministas no campo acadêmico visaram ampliar, nas ciências humanas e sociais, o escopo das reflexões para adotar uma nova proposta teórico-conceitual: os estudos de gênero.

É certo e já estabelecido que gênero, como um conceito, surgiu em meados dos anos 70³ e disseminou-se instantaneamente nas ciências a partir dos anos 80. Tal reformulação surgiu com o intuito de distinguir e separar o sexo – categoria analítica marcada pela biologia e por uma abordagem essencializante da natureza ancorada no biológico – do gênero, dimensão esta que enfatiza traços de construção histórica, social e sobretudo política que implicaria análise relacional. Enquanto proposta de um sistema de classificação, a “categoria” gênero, em sua forma mais difusa e difundida, tem sido acionada quase sempre de forma binária (raramente em formato também tripartite) para se referir à lógica das diferenças entre: feminino e masculino, homens e mulheres e, também, entre a homo e a heterossexualidade, penetrando já aí neste segundo eixo fundamental deste novo *campo* que é a fronteira da sexualidade. Adiante tematizo criticamente e de forma específica as dicotomias e binarismos na colocação em perspectiva de um “*campo de gênero*”.

Sabemos que esses sentidos vêm sendo contestados e discutidos pela tradição de pensamento feminista na modernidade tardia que, inclusive, como nos salienta Adriana Piscitelli, teria pretendido, com a adoção do conceito, tornar “possível desestabilizar as tradições de pensamento”.⁴ Entre essas desestabilizações está aquela que me parece a mais relevante: a desconstrução de binarismos estéreis que facultam lugares fixos e naturalizados para os gêneros.⁵ Através de significados e re-significações produzidos e compartilhados na nova perspectiva analítica e que transversalizam dimensões de classe, etárias, raciais e sexuais, gênero tem tido o papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas.

Prefensioso, o “conceito” de gênero foi aos poucos sendo incorporado por afiliações teóricas nas ciências

humanas e sociais (e mesmo fora delas). Algumas dessas teorias o abordam como um conceito útil e até iluminador de questões, mas não o tendo como um elemento central de suas considerações – tais afiliações teóricas estariam operando com “teorias e gênero” –, e outras, bem mais coerentes a meu ver, o absorvem substantivamente, fazendo-o ocupar sempre uma posição de pivô e de destaque – estas seriam o que definimos aqui por “teorias de gênero” com um viés feminista.

Sabemos que o pensamento feminista não se constitui em um *corpus* unificado de conhecimento, e sabemos igualmente que o construto gênero foi apropriado das formas as mais distintas pelas inúmeras áreas disciplinares e suas teorias, mas é fundamental salientar que, sendo essa aproximação mais superficial ou mais substantiva, todos deveriam partir de um ponto comum que seria o da subordinação da mulher ao homem, para entender e explicitar, relacionalmente, as muitas vicissitudes de como tais relações de dominação e opressão são elaboradas socialmente. O conceito também abriu espaço analítico para se questionar as próprias categorias de homem e de masculino, bem como de mulher e de feminino, que passaram a ser fruto de intenso processo de desconstrução.

No mesmo compasso dos avanços empreendidos pelo movimento feminista, numa primeira visada e tentando substituir a categoria analítica dos “estudos de mulher” ou os “estudos feministas”, gênero pretendia tornar explícita tal subordinação feminina e acompanhar o movimento no sentido da busca da igualdade no exercício dos direitos e das oportunidades, mas destacando a importância do contrapeso relacional de tais interações dinâmicas: incluindo na visada o ponto de vista do(s) masculino(s), bem como outros pontos de vista que não fossem definíveis pelo binarismo estrito entre masculinidades e feminilidades ou mesmo entre homem e mulher.

Questionando toda sorte de fundamentações das desigualdades (econômicas, políticas, sociais, culturais, biológicas, históricas, demográficas, psicológicas etc.), se por um lado gênero tornava mais inclusiva a discussão, por outro, já e desde o momento inicial, parte importante do feminismo, inclusive aqui no Brasil,⁶ veio a criticar o potencial politicamente desmobilizador do conceito, alertando-nos para a possibilidade da fragmentação e desempoderamento feminino que poderia provocar. O risco antevisto seria o de se perder de vista a situação política de opressão vivida pelas mulheres, em prol de uma multiplicação das diferenças de gênero, o que poderia comprometer uma agenda tida como propriamente feminista.

⁶ Heleieth SAFFIOTI, 1993.

O grande esforço da primeira onda do feminismo foi o de questionar, refletir, procurando desconstruir inúmeras formas de instituições e relações patriarcais no seio das quais se mantinham e se reproduziam estratégias de dominação masculina; isso se dando na arena da luta pelo sufrágio universal. Ou seja, tratou-se de uma batalha pela afirmação da condição fundamental e democrática da igualdade política entre os sexos (articulada evidentemente à dimensão universal). Em que pese a importância desse debate (vamos inclusive retomá-lo aqui), infelizmente o que acaba por 'restar' para o senso comum e mais rasteiro desse primeiro e corajoso movimento foi a sua própria descaracterização, em que o feminismo passou a ser equiparado pelas 'forças hegemônicas' que o pretendiam deslegitimar com várias categorias degradantes ao ser mulher: "mal amadas", "infelizes", "mal-cheirosas", "feias" *and so on...*

O "conceito" de gênero será, teoricamente, o divisor de águas para uma outra fase distinta desta primeira, e anunciador, de certa forma (ainda que do ponto de vista temporal tenha sido tardiamente acionado), de uma segunda onda do próprio feminismo, em que se passou a valorizar significativamente mais o diferencialismo e a afirmação política das diferenças (identitárias substantivamente, mas não apenas elas) do que propriamente a igualdade e o igualitarismo. Nessa segunda onda o que estava em jogo era a diversidade ou as "diferenças dentro da diferença".⁷

⁷ Antônio Flávio PIERUCCI, 1999.

Nessa afirmação diferencialista emergiram correntes inclusive antifeministas, renunciando os 'perigos' já explicitados. Importa salientar que boa parte dos anos 80 e 90 foi marcada por inúmeras manifestações que poderíamos designar como sendo pós-feministas ou até não-feministas (ou de recuo do feminismo), apresentando-nos um novo quadro institucional e político que se caracterizou por: 1) forte dissociação entre pensamento feminista e movimento; 2) 'profissionalização' do(s) movimento(s), com o surgimento e proliferação das ONGs voltadas para mulheres e também a formação de 'redes' feministas ou não. Segundo Celi Pinto, "enquanto o pensamento feminista se generaliza, o movimento, por meio das ONGs, se especializa".⁸

⁸ PINTO, 2003, p. 91.

O que eu gostaria muito de destacar aqui é que tal 'generalização', atribuível ao avançar de considerações que passaram a se dar a despeito mesmo do pensamento feminista, é que possuiria um débito incontestado com a "categoria" de gênero. Cabe-nos, e este será o intuito deste artigo, tomar uma posição de enfrentamento crítico a formulações que se dão na chave do descarte do viés crítico feminista. Ainda que passível de re-interpretações não feministas, o "conceito" de gênero deve e será retomado

aqui numa perspectiva emancipatória (e, portanto, feminista) para as mulheres e até mesmo para as ciências.

Dessa forma, se por um lado o completo desempoderamento institucional do movimento, anunciado pela ameaça da expansão dos “estudos de gênero”, não se confirmou completamente (já que a ‘onguização’ do movimento foi um caminho adotado por inúmeras outras experiências dentre os mais diferenciados e “novos movimentos sociais”),⁹ a expansão e divulgação maciça desses novos “estudos” (podendo ser agora acionados sem, necessariamente, a adesão valorativa ao viés de sua articulação feminista ou mesmo feminina)¹⁰ atravessou fronteiras disciplinares de forma verdadeiramente surpreendente, conformando-se à experiência (para muitos incômoda e inconveniente) de um tipo de “feminismo difuso”¹¹ que foi capaz de fazer com que demandas fossem incorporadas, desta vez, por largas parcelas dos discursos e propostas sociais, políticas e até econômicas na atualidade (inclusive no âmbito do próprio Estado e também na sociedade civil).

Críticas e avanços posteriores só vieram a sinalizar a profunda polifonia e a enorme riqueza embutida nessa arena de debates. Muito mais do que um terreno definitivo e consolidado de construção epistemológica, as reflexões a respeito dos “estudos de gênero” têm funcionado como *um eixo aglutinador de intensa movimentação teórico-empírica, tendo suscitado, inclusive de outras tradições disciplinares (tais como a demografia, a estatística, a química etc.) menos 'light' do que o campo já estabelecido das ciências sociais (de onde o conceito emergiu inicialmente), como já sinalizamos, muito espaço crítico e reflexivo.*

Mais recentemente o que evidenciamos é o *novo campo de gênero* na medida em que bem acionado e articulado, colocar em xeque a univocidade de sentido dos binarismos de toda ordem – e não apenas aquele entre masculino e feminino – e dessa forma expandir imensamente seu potencial analítico, tornando possível sua incorporação em áreas que durante séculos foram impermeáveis a críticas nesse sentido. Obviamente que não pretendo descrever um mundo róseo do bem-sucedido avanço feminista. Muito ainda se encontra por fazer, mas é inegável que também os resultados da adoção de gênero como instrumento analítico e empírico se encontram consolidados e em áreas imprevisíveis tais como a física, a teologia, a economia, a educação física, o direito, a política etc.

II

Sabemos que o gênero, enquanto um conceito, atravessou bem os percalços do caminho indicado acima.

⁹ Evelina DAGNINO, 1994; e Ilse SCHEREN-WARREN, 2004.

¹⁰ Inclusive é digno de nota que, no Brasil, houve um aumento relevante de pesquisadores masculinos sobre a temática quando gênero passa a ser difundido.

¹¹ Segundo Céli Pinto, “esse feminismo difuso não tem militantes nem organizações e muitas vezes é defendido por homens e mulheres que não se identificam como feministas. Também não se apresenta como um rol articulado de demandas e posturas em relação à vida privada e pública. Por ser fragmentado e não supor uma ‘doutrina’, é um discurso que transita nas mais diferentes arenas e aparece tanto quanto silencia o contador de anedota sexista como quando o programa de um candidato à Presidência da República se preocupa com políticas públicas de proteção aos direitos das mulheres” (PINTO, 2003, p. 93).

Cabe-me agora refletir a partir, especificamente, de sua importância para as discussões teóricas no campo das ciências humanas, sobre a que ponto chegamos neste já longo percurso.

Parece-me bastante razoável supor que, enquanto instrumento de construção teórico-analítica, gênero já se encontra, nos dias atuais, em situação bastante privilegiada. Acredito ser esse o caso também para nós aqui no Brasil, em que a temática, nas discussões acadêmicas (mas não apenas nelas), se encontra suficientemente reconhecida e destacada. Ainda que sejam perceptíveis usos diferenciados do conceito e entradas teórico-metodológicas múltiplas, teorias que se intitulam efetivamente “de” gênero e teorias que fletam ou apenas se aproximam dessas discussões (teorias “e” gênero), como já apresentado, conformam volume substantivo de estudos numa condição crítico-reflexiva madura.

Pensar na possibilidade de postular gênero como algo da ordem de um *campo* legítimo e legitimado de conhecimento nas ciências humanas e sociais é o propósito da discussão a seguir, embora essa posição não seja inteiramente nova. Lia Machado já salientava esse aspecto ao comentar que

Quer se identifiquem ou não como feministas: historiadoras, sociólogas e antropólogas, assim como literatas, psicanalistas, psicólogas, e filósofas que, ao privilegiarem essa temática, se reconhecem em alguma medida presentes neste “campo”, entendem que os movimentos sociais de liberação das mulheres introduziram novas perspectivas e novas interrogações aos diferentes saberes disciplinares e à ciência, à epistemologia e à filosofia enquanto tais. Reivindicam, portanto, um caráter inovador face à tradição dos saberes disciplinares.¹²

Vamos lançar mão de uma parte importante da discussão de Pierre Bourdieu para aqui definirmos os estudos de gênero como um *campo legitimado de saber científico*. Esse autor compreende que os atores sociais estão inseridos espacialmente em determinados *campos sociais*, e a posse de grandezas de certos capitais (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo etc.) e o *habitus*¹³ de cada ator seriam o que condicionaria seu posicionamento, sua marca específica nessa espacialidade e, em última instância, na luta social. Bourdieu afirma que para o ator/atriz social tentar ocupar espaço é necessário que ele/a conheça as regras do jogo dentro do campo social e que esteja disposto a lutar (a jogar).

O *campo científico* é entendido como o espaço de jogo de uma luta concorrencial pela busca do monopólio

¹² MACHADO, 1994, p. 2.

¹³ Conceito de *habitus* para Bourdieu: “sistemas de posições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’, sem que, por isso, sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-las e, por serem tudo isso, coletivamente orquestradas sem serem o produto da ação combinada de um maestro” (BOURDIEU citado por Sergio MICELI, 1987, p. XL); “[...] sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma e graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes resultados” (BOURDIEU citado por Sergio MICELI, 1987, p. XL).

da autoridade científica, sendo esta o resultado da soma da capacidade técnica e do poder social. Pode também ser definido como o espaço onde se busca o monopólio da competência científica, entendida como a capacidade de falar e agir legitimamente, de maneira autorizada e com autoridade, socialmente outorgada a um agente determinado.¹⁴

¹⁴ Ver Renato ORTIZ e Florestan FERNANDES, 1983.

Para meus propósitos, justamente a tensão entre gênero e feminismo é o aspecto que recorta a especificidade que estou considerando como um *novo campo das ciências*. Pesquisadoras e também pesquisadores, sejam 'militantes' ou 'ortodoxos', foram os atores responsáveis por construir a 'autonomia relativa' desse novo campo intelectual em torno de algum consenso mínimo que irei explorar a seguir.

A noção de "campo" de Pierre Bourdieu é um instrumental importante de análise dos mais diversos sistemas sociais que têm a peculiaridade de fazer interagir as chamadas estruturas da sociedade (objetividade) e a sua dimensão pessoal/psicológica (subjetividade) dos agentes sociais. Ele acaba por se prestar à análise de muitas arenas, desde que dispostas dinamicamente em função de objetivos próprios (conseqüentemente com estratégias próprias) e dotadas de certo grau de autonomia. Quando me refiro aqui ao gênero como um campo já legitimado de discussão científica, estou pressupondo a existência de regras e padrões gerais que informariam consensualmente tal campo.

¹⁵ BOURDIEU, 1986.

Assim como parece ser importante para Pierre Bourdieu¹⁵ não trabalhar com algo que possamos identificar como sendo "normas universais", quando estou tentando recolocar os estudos de gênero no lugar específico de um campo das ciências humanas e sociais, o faço pensando que tais normas seriam para sempre historicizáveis. Ou seja, acredito na existência desse campo dos estudos de gênero, *mas* o mesmo sendo marcado por um conjunto nem sempre unificado de agentes que têm buscado satisfazer seus interesses particulares de investigação (sejam teóricos, sejam empíricos), e seria justamente na processualidade dessa busca que estaríamos contribuindo (ainda que não o pretendamos fazer de forma totalmente consciente) para produzir esta que eu designaria por uma espécie relativamente distinta de *universal histórico* ou *contingente*. Recorro aqui às próprias palavras de Bourdieu:

[...] em determinados campos, num determinado momento e por um tempo (ou seja de maneira não irreversível), há agentes que têm interesses no universal. Creio que é preciso levar o historicismo ao limite máximo, por uma espécie de dúvida radical, para ver o que realmente pode ser salvo. Pode-se, é claro,

adotar logo de início a razão universal. Mas creio que vale mais colocá-la em jogo também, aceitar decididamente que a razão seja um produto histórico cuja existência e persistência são produtos de um tipo determinado de condições históricas, e determinar historicamente o que são essas condições. Há uma história da razão; isso não quer dizer que a razão se reduza à sua história, mas que existem condições históricas para o surgimento das formas sociais de comunicação que tornam possível a produção da verdade. A verdade é um jogo de lutas em todo o campo.¹⁶

¹⁶ BOURDIEU, 1986, p. 45-46.

É exatamente nesse sentido historicizável e contingente que venho postular os estudos de gênero como um campo científico novo, nas e para as ciências. Contudo, trata-se também de afirmar uma forma de entendimento da ciência, em si mesma, como sendo, a um só tempo, discurso sobre a verdade e autorização científica, vistos a partir de perspectiva radicalmente crítica e reflexiva, na direção multicultural em um escopo emancipatório. Acredito que tenhamos acumulado quantidade suficientemente vasta de saber nesse novo campo multicultural científico e, além do mais, a metodologia hegemônica adotada por esses novos estudos (sobretudo através das técnicas da desconstrução pós-estruturalista e da reconstrução do sujeito para tornar possível vir à tona a atuação e o papel fundamental de mulheres e outras 'minorias' de gênero na construção da nossa própria história) justifica a tentativa nesse sentido.

Se a "verdade é um jogo de lutas em todo o campo", os estudos de gênero com viés feminista, ao desmontarem parte substantiva da epistemologia ocidental, descentrando a razão universal que historicamente teria sido um produto da dominação do gênero masculino, já conquistaram terreno legítimo no conhecimento. Uma perspectiva multicultural realmente emancipatória de ciência é aquilo que se está tentando re-construir por agora. Nesse sentido, quero afirmar que é a consciência crítica feminista, uma forma peculiar de existência reflexiva do ser (não apenas, mas, também, da mulher), que veio a produzir um entre outros rearranjos, re-interpretações, re-significações do *campo de gênero* de forma a alocá-lo na dimensão paradoxal de repor igualdade e diferença na simultaneidade e na complexidade. Explico-me.

Creio que agora, no alvorecer do século XXI, não haja mais dúvida sobre a necessidade de resgate de certa unidade temática subjacente à diversidade disciplinar, metodológica e ideológica dos estudos que são realizados sobre a rubrica de gênero. Essa *unidade*, contudo, precisa sempre ser resgatada em seu caráter subversivo de

contestação (radical ou parcial) de concepções de conhecimento e realidade/experiência que dominaram a tradição intelectual do Ocidente, pelo menos desde o século XVII. Essa tradição sempre se fez acompanhar por ontologias caracteristicamente dualistas e binarizantes (com julgamentos hierárquicos de valor para os pólos de opostos) que visavam separar nitidamente o universal do particular, a cultura da natureza, a mente do corpo e a razão da emoção, o masculino do feminino, a igualdade da diferença, para citarmos apenas aquelas mais centrais.¹⁷ Além do mais, tal epistemologia se baseou em posições agonísticas resumidas nas escolhas infelizes entre o “ou isso” e o “ou aquilo”, sendo impossível postular uma experiência complexa de simultaneidade e concomitância. Certamente, tudo o que estou definindo como o *campo de gênero e feminista* é que pode nos facilitar a apreensão da realidade (seja coletiva ou individual) em termos de nova lógica e de nova epistemologia que se acena fertilmente complexa ainda que paradoxal. Esta outra epistemo-lógica deve ser compreendida agora na chave do multiculturalismo crítico e emancipatório que visa resgatar raízes que permitam desmontar o conhecimento produzido na exclusividade das chaves ocidentais, anglo-européias, patriarcais, brancas, heteronormativas e masculinas em prol de uma afirmação pluralista de ciências.

¹⁷ Alisson JAGGAR e Susan BORDO, 1997.

¹⁸ SCOTT, 2005.

Joan Scott, em texto recente,¹⁸ nos afirma que há uma relação lógica paradoxal entre “igualdade” e “diferença”, “identidade individual” e “identidade coletiva”. Nesse sentido, estou propondo o seu conjunto de paradoxos como um “núcleo duro”, por assim dizer, deste *campo novo de gênero e feminista*. Nas palavras da autora:

1. A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente.
2. Identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade.
3. Reivindicações de igualdade envolvem a aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação. Ou, em outras palavras: os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão.¹⁹

¹⁹ SCOTT, 2005, p. 4, negritos da autora.

Ou seja, pensar simultaneamente, através desses paradoxos, significa repor constantemente o lugar da nova forma de apreensão do universal/universalismo: histórica, multicultural, emancipatória e contingentemente é que se pretende que qualquer afirmação dos eixos temáticos desses

paradoxos nunca seja ou possa vir a ser definitivamente 'resolvida'. Trata-se de uma forma de pensar o universal em constante e inacabado movimento, onde seria, justamente, a tensão entre os eixos o que os movimentaria.

Nesse sentido, seja pela tentativa da criação de teorias especificamente de gênero ou mesmo pela aproximação da temática de gênero de outras ancoragens teóricas, o efeito foi fundamentalmente o mesmo: o empoderamento recente e crescente de que o sistema clássico cartesiano e instrumental de racionalidade é inadequado, obsoleto e até auto-ilusório, devendo, portanto, ser revisto. O *campo de gênero* tem se dedicado fértilmente a essa árdua tarefa. Mesmo a ciência moderna, em alguma perspectiva, visou recuperar elementos das tradições de conhecimento não-ocidentais. Algo da ordem de um "empréstimo científico" (*scientific borrowing*, nos termos de Sandra Harding),²⁰ ou de um intenso processo de trocas, sempre fez parte do discurso científico moderno.

²⁰ HARDING, 1998, p. 348.

Temos já consolidadas nas discussões de gênero e feministas algumas das alternativas mais substantivas às abordagens tradicionais sobre o conhecimento, que nos tornaram capaz de dar o salto qualitativo adiante. Seja pelo viés do historicismo marxista, seja pelas teorias psicanalíticas, pelas teorias desconstrucionistas, por novas interpretações do pragmatismo e das discussões sobre o tema da performance, ou mesmo através de um novo canône literário, através das incursões recentes da antropologia e da sociologia do conhecimento, já emerge nova concepção de conhecimento e de sujeito conhecedor que, ainda sendo indivíduo historicamente particular, é também agente social, coletivo e político corporificado, "interessado, emocional e racional e cujo corpo, interesses, emoções e razões são fundamentalmente constituídos por seu contexto histórico particular".²¹

²¹ JAGGAR e BORDO, 1997, p. 13.

As formas antigas e modernas de dualismos e binarismos serviram bem ao propósito de justificar, e até de reproduzir, relações de dominação, opressão e exploração (de gênero e muitas outras): marcas sensíveis e facilmente identificáveis no sentido da subordinação das mulheres, mas não apenas delas. O que se coloca de novo pela pauta desse campo recentemente forjado pelos estudos de gênero e feministas é a questão da diversidade e do pluralismo numa visada complexa e paradoxal, por imediata oposição aos binarismos de todas as ordens. Ser o que se é e ao mesmo tempo não sê-lo – enquanto um construto ou um projeto, assim como as identidades de gênero, o campo de gênero nunca adere definitivamente às caracterizações socialmente construídas, mas também não escapa definitivamente delas; relaciona-se com elas. No nível

individual assim como no coletivo, as identidades são, a um só tempo e complexamente, emancipatórias e passíveis de ontologização e reificação; são constitutivas dos sujeitos ao mesmo tempo em que elas se constituem através e por intermédio deles, ou seja, são projetos inconstantes e em aberto.

Seja no plano da afirmação de um movimento de libertação para as mulheres, seja no plano da discussão epistemológica ou científica, o *campo de gênero e feminista* adicionou a gota que faltava para derramar do copo: identidades sob alguma rubrica unificadora, como pontos de partida, são projetos colonizadores da radicalidade inexaurível do ser, do sujeito (que não pode ter morrido, pois ainda nem sequer nasceu para a radicalidade da sua emancipação); são re-significações e re-inscrições que estão permanentemente abertas, porosas, complexas, paradoxais.

Se o campo científico “é um jogo em que é preciso munir-se de razão para ganhar”²² e se hoje podemos afirmar a existência de uma ‘política da verdade’, isso só foi possível graças aos esforços de milhares de mulheres (e de alguns poucos, mas honrosos homens) e de outros/as cientistas de origens não ocidentais e não hegemônicas que vêm contribuindo teórica e/ou empiricamente para instaurar realmente ‘essa dúvida’ e a permanente ‘tensão’ no cerne dessa epistemologia ocidental. Pretende-se estabelecer a possibilidade de antever a epistemologia, desta vez, multicultural. O novo *campo de gênero* é um dos exemplos possíveis que vêm destacar a existência crítico-reflexiva de novos atores/agentes que podem (e estão) re-significando o campo científico mais geral.

Sabemos que o *campo de gênero e feminista* tem contribuído sistematicamente para isso, sua ação sendo, a todo instante, uma tentativa de defesa, afirmação, legitimação e aprimoramento dos muitos outros universos sociais onde são exercidos os princípios de outra racionalidade com pretensões a tipos históricos de universal e de onde se gera a verdade sob as condições de tensão e de crítica contumaz ao universalismo pregresso, aquele que está/esteve a serviço do colonialismo, do imperialismo, da dominação, da exclusão e da opressão.

O *campo dos estudos de gênero* tem nos revelado que o que se tem tomado como sendo característica do universal, nas ciências de uma forma geral, é “uma propriedade paroquial da cultura dominante, e que a ‘universalidade’ é indissociável da expansão colonialista”.²³ O pensamento e a ciência como corolário deste são atividades/ações sobre o mundo e enquanto tais podem postular emancipatoriamente *outros universais* que, por sua vez, não tenham a postura colonialista. Ou seja, cabe-nos o

²² BOURDIEU, 1986, p. 46.

²³ Judith BUTLER, 2003, p. 21.

desafio da proposição concreta de repensar a universalidade em termos de um ato constitutivo, construtivo e sempre tenso de *tradução multicultural* muito mais do que de tradição, dominação ou colonização. A isso tem se dedicado parte substantiva – direta ou indiretamente – dos estudos sob a rubrica de gênero.

Uma comunidade científica, no sentido kuhniano (numa crítica nossa a este autor), enquanto uma organização social distinta, não necessita ser exclusivamente formada pelos atores hegemônicos da ciência ocidental, a saber: homens, brancos, heterossexuais e anglo-europeus. Produções de conhecimento não-ocidentais não precisam ser, automaticamente, caracterizadas como “não-científicas” ou mesmo “primitivas” e podem ser reconhecidas como fontes ricas de informações e saberes.

Trata-se, pois, de um profundo reordenamento de cunho não apenas teórico-político, mas, e inclusive, epistemológico, filosófico e científico na direção da proposta de uma ciência que possa estar embasada na perspectiva de um universal poroso, aberto, multicultural e contingente. Pretendo discutir tal virada no tópico a seguir.

III

Do primeiro e do segundo conjunto de debates sugeridos emergem a constatação e a crítica feministas de que as concepções mentalistas, representacionistas, racionalistas e cartesianas ocidentais que orienta(ram) o conhecimento (sobretudo o científico) e que dominaram a tradição do Ocidente, desde pelo menos o século XVII, seriam inadequadas, tendenciosas e profundamente andro e etnocêntricas. A emergência de algo da ordem de uma “epistemologia feminista” concentra seu poder de fogo sobre as tradições racionais binarizantes e hierarquizantes, contrapondo-as ao reconhecimento dos processos relacionais emergentes da simultaneidade, complexidade, multiplicidade, pluralismo e diversidade. Ou seja, a epistemologia feminista parece ter sido uma das primeiras formas de produção de conhecimento científico que colocaram em xeque a posição hegemônica do conhecimento produzido na chave burguesa e ocidental.

Foi também com a ajuda das críticas feministas que se passou à tentativa (ainda bem recente) de repor a fundamentação da racionalidade (e também – é importante que se mencione – a afirmação da existência de uma outra esfera pública, diferente da liberal, reinventada e alternativa, justamente na pluralidade e na multidimensionalidade) em outros patamares diferentes ao do modelo cartesiano, liberal, ocidental e representacional clássico – hegemônico – que

²⁴ JAGGAR e BORDO, 1997, p. 9.

resumidamente enfocaria os seguintes pontos:²⁴ a) ênfase sobre um “realismo metafísico”, definindo que a realidade possui uma estrutura objetiva, independente e não afetada pela compreensão humana ou suas tentativas de significação que podem ser captadas; b) sobre o “objetivismo”, onde a estrutura da realidade é, em princípio, acessível à compreensão e ao entendimento humanos; c) sobre uma perspectiva de “individualismo epistemológico e metodológico”, através do quais os seres humanos empreendem a tarefa de obter conhecimento sobre o mundo como indivíduos solitários e não eminentemente como membros socialmente constituídos de grupos historicamente mutantes; d) ênfase num “viés racionalista”, que enfatiza que a principal faculdade humana para adquirir conhecimento sobre a realidade é a razão (racionalismo), algumas vezes trabalhando conjuntamente com certos sentidos (empirismo); e) prioridade da “neutralidade axiomática” das ciências, a razão e a sensação tidas como funcionando de forma universal e independe da cultura, da classe, da raça, do gênero etc., em que as diferentes situações e contingências não seriam formas alternativas de visão sobre a realidade, mas impedimentos a uma visão hegemônica que supervaloriza a perspectiva “neutra” e “objetiva” das coisas; f) a abordagem no “fundamentalismo”, referindo-se à forma sistemática como deveria ser constituído o conhecimento, através dos componentes mais simples, considerados certos, fixos e indubitáveis, até os mais complexos.

Em estratégia diametralmente oposta, mas preservando a capacidade (e mesmo a necessidade) do conhecimento e da ciência, desta vez numa visada multicultural emancipatória, parte do feminismo contemporâneo se dedicou à árdua (e ainda pouco reconhecida) tarefa de revisar tal perspectiva epistêmica, na expectativa de fundamentar e difundir outra. Baseada, como visto, sobre uma ótica da centralização, de regularidade/previsibilidade e de certezas, a epistemologia moderna ocidental vem sendo criticada (até mesmo por correntes distantes do feminismo, tais como os teóricos da complexidade, as teorias do caos na física quântica etc.) a favor de uma versão científica que prioriza a ótica da diferença, de alternativas, de flutuações, de descentralizações e incertezas que, por sua vez, se configuram através de aspectos construtivos e processos de abertura e mudanças.

A epistemologia feminista vem procurando repor no cerne da discussão epistemológica contemporânea que a ciência construída nos moldes ocidentais seria mais um dos muitos discursos possíveis sobre a verdade/realidade, que seria (assim como todos os outros) um processo construtor de e construído por processos sociais, eminentemente. É assim

²⁵ Mary GERGEN, 1988, citada por Dora SCHNITMAN, 1996, p. 11, itálicos meus.

²⁶ Mary GERGEN, 1988; Sandra HARDING, 1986; e Evelyn KELLER, 1985, citadas por SCHNITMAN, 1996, p. 11, itálicos meus.

²⁷ HARDING, 1986, p. 356, tradução minha.

²⁸ Tomas KUHN, 1970; Richard BERNSTEIN, 1988; Ilya PRIGOGINE e Isabelle STENGERS, 1979; Bruno LATOUR, 1987; Gilles DELEUZE e Félix GUATTARI, 1991; e Edgard MORIN, 1977, 1985, 1987 e 1991.

²⁹ GERGEN, 1988; HARDING, 1986; e KELLER, 1985.

³⁰ Benoit MANDELROT, 1983.

que “o grau que uma forma de compreensão prevalece ou se sustenta no tempo não depende exclusivamente da validade empírica da perspectiva em questão, mas também de um conjunto de processos sociais *que incorporam a comunicação, a negociação, o conflito, a retórica*²⁵ e *as marcas de gênero*”.²⁶ Se temos dificuldades ainda em admitir que a ciência hegemônica, liberal e ocidental é ‘enviesada’ em vários aspectos e dimensões, parece-me mais fácil pelo menos reconhecer que “não apenas os benefícios e custos das ciências modernas são distribuídos desproporcionalmente de forma a beneficiar as elites no Ocidente e de outros lugares, as próprias práticas científicas sendo efetivamente distorcidas para fazer esta distribuição desigual invisível por aqueles que se beneficiam dela”.²⁷

Dessa forma, o feminismo acrescenta criticamente ao saber e à racionalidade científicas, diretamente de encontro à afirmação ocidental de um contexto homogêneo, estável ou plano unidimensional baseado na univocidade de sentidos (uma palavra, um significado) e de relações duais de racionalidade, a concentração e a valorização crítica, multicultural, emancipatória e reflexiva de configurações transversais e multidimensionais dos saberes que, ainda que não desconsiderem por completo as polarizações dicotômicas, dialéticas ou antiinômicas, as recoloca num plano de densidades diversas (inclusive contraditórias) e complexas. É assim que muitas das distinções tradicionais (sujeito-objeto, ciência-filosofia, masculino-feminino, razão-emoção, cultura-natureza, público-privado, homem-mulher, entre outras) passam a ser construções sociais levadas a cabo por um tipo específico de sociedade científico-cultural historicamente datada que precisa urgentemente ser interrogada e, eventualmente, questionada.

É assim que passa a se tornar possível que diferentes sistemas de conhecimento que correspondam a origens históricas diferenciadas venham a se afirmar (inclusive aqueles não ocidentais e não masculinos) como campos científicos complexos. Em oposição crítica à ordem, ao processo de organização/socialização da cultura e da linearidade novas revisões científicas,²⁸ inclusive de cientistas feministas,²⁹ propuseram renovar a ênfase sobre uma consciência crescente do papel construtivo da desordem, da auto-organização, da incerteza e da não-linearidade. Está em construção um conjunto sistematizado de teorias que visam explorar, por exemplo, o tema de que o caos pode conduzir à ordem; revisões de novos estados da matéria que emergem em estados bem distanciados do equilíbrio; e até mesmo a ordem passa a ser conceitualizada não como uma condição totalizadora, mas como “duplicação de simetrias que permitem assimetrias e imprevisibilidades”.³⁰

Dessa forma, a 'nova' epistemologia emergente em tal paradigma das ciências (doravante necessariamente no plural) – o da complexidade –, para o qual as feministas vêm trazendo contribuições substantivas, passa a reconhecer a inevitável imprevisibilidade dos atuais (e progressos) sistemas complexos, questionando a centralidade da idéia de uma única origem e de permanência/estabilidade, bem como a mística da já surrada “neutralidade” nas ciências. No lugar do “realismo metafísico”, tem-se a afirmação da incerteza, do fluxo e da multiplicação dos pontos de vista contingentes e historicamente situados; no lugar do “objetivismo”, temos a afirmação da reflexividade crítica, de uma forma de pensamento que se constitui em ato, relacionante e relacional, construído e construtor; em acréscimo ao “individualismo metodológico”, a afirmação da perspectiva multidimensional e, em alguns pontos, multicultural emancipatória, focada sobre processos e processualidades dependentes de redes interdisciplinares e de múltiplos agentes, da conversação, da heterogeneidade e da dialogia; no lugar do “viés racionalista”, a afirmação da ciência como mais um dos muitos discursos de verdade sobre o mundo, ciências, no plural, que necessitam se rever constantemente para re-incorporar outras dimensões éticas e estéticas de conhecimentos múltiplos, complexos com a necessária inclusão da maior participação e pluralismo social, multicultural possível; no lugar da “neutralidade axiomática”, a afirmação da contingência, da objetividade que só se torna possível através da (con)centração na percepção crítica da pluralidade dos sentidos e significados que compõem complexamente todos os indivíduos (inclusive e sobretudo os/as cientistas) que emitem enunciados com pretensões à verdade; e, finalmente, em contraposição ao “fundamentalismo”, a ênfase sobre o pluralismo, o multiculturalismo emancipatório das ciências, a prudência do conhecimento conseqüente, a diversidade, a complexidade e a multiplicidade dos estilos ético-estéticos como alternativas, permanentemente em aberto, de sua própria re-significação e, fundamentalmente, preocupada com as conseqüências dos seus atos.

O aporte e contribuição do *campo de gênero feminista* é declarar a infinita capacidade humana (portanto igualmente feminina e masculina, é sempre prudente anunciar) de interpelar, de re-colocar e re-significar permanentemente os conteúdos e as formas daquilo que se apresenta como contingentemente universal, ciências em permanente devir, no deslizamento da norma hierárquica, na constante problematização das hierarquias e das subordinações, na crítica contumaz às opressões de todas

as ordens, enfim, *na e pela transgressão multicultural emancipatória como método*. Refiro-me, pois, a uma *epistemologia da transgressão* emancipatória e permanente do cânone, da tradição. O *campo de gênero e feminista* é um dos campos da modernidade tardia e radicalizada que cumpriram muito bem a meu ver o papel desse ir além, destradicionalizando sempre. Esse ir além, contudo, precisa ser responsável, prudente e conseqüente: não pode se referir ao campo do relativismo pós-moderno ou pós-estruturalista – campo do ‘vale-tudo’ (ainda que muitas autoras importantes da crítica aqui apresentada se originem e autodenominem nessa rubrica) –, mas ao campo de uma modernidade radicalizada na busca da emancipação social responsável que, inclusive, deve ser vista como um objetivo científico fundamental.

Aqui cabe recuperar a posição de uma “crítica situada”,³¹ “radicalizada” e “interativa”³² pertinente ao *campo de gênero e feminista*, uma reposição e reinvenção destradicionalizante do universal/universalismo, contingenciando-o, historicizando-o, na busca de um projeto emancipatório que precisa ser, a um só tempo, individual/particular, coletivo/geral, ocidental/oriental, masculino/feminino. Esse universalismo contingente reporta-nos a uma perspectiva multicultural emancipada, naquilo que for possível emancipar criticamente agora, hoje, neste momento, deixando sempre em aberto o que poderá vir a ser tal emancipação amanhã. Ainda que sem um ponto de chegada definitivo, ressalto a necessidade do mesmo ponto de partida: a clarificação normativa e crítico-reflexiva em relação aos próprios pressupostos históricos, aqueles da cultura da qual se fala, da qual se enuncia e se interpela. Assim todas as regras passam a estar constantemente em estado de suspeição e questionamento com vistas à produção da justiça e da emancipação sociais, já que neste mundo interconectado globalmente, visceralmente habitado por multiculturas que já perderam em definitivo a condição de inocência antevista na possibilidade de isolamento, tudo aquilo que concernir ao conhecimento e ao direito, por exemplo, das mulheres e dos gêneros, estará permanentemente aberto ao debate público e internacional (e, dessa forma, contra todos os pressupostos e justificações fundamentalistas, sejam estes de quais estatutos forem). Passemos agora, com propósitos de ir concluindo o artigo, para as implicações de tal revisão epistemológica no *campo de gênero*.

³¹ Nancy FRASER e Linda NICHOLSON, 1990.

³² Seyla BENHABIB, 1988 e 1992.

IV

Os vários formatos de movimento feminista e de mulheres em distintos países, inclusive no Brasil, têm deixado um legado civilizatório inegável para as sociedades onde floresceram e se multiplicaram. As reformulações que vêm sendo empreendidas naqueles aspectos mais centrais referentes aos problemas da sociedade brasileira, tais como a discussão sobre a feminização da pobreza, sobre a universalização qualificada da educação básica e fundamental, sobre o acesso em perspectiva crítica aos bancos universitários, sobre as ainda injustas e permanentes formas de discriminações vividas no âmbito da violência doméstica e no mercado de trabalho, sobre o acesso às mais variadas formas de políticas públicas que hoje já possuem um viés de gênero (incluindo aí, sobretudo, aquelas no campo da saúde e da segurança e defesa sociais), e isso para citar apenas alguns pontos mais relevantes, têm hoje um toque feminino e feminista incontestável.

A adoção de uma perspectiva que valoriza a proposta do *campo de gênero* pretende, de forma substantiva e consistente, fazer avançar a discussão sobre sujeito e agenciamento/empoderamento das mulheres e sobre as ciências e seu enfrentamento numa versão multicultural e emancipatória que em nosso entender passa a ser decorrente da ampliação de um escopo epistêmico discutida no tópico anterior. Também pretendeu propor a superação do confronto paralisante entre “objetivistas” (modernos) e “relativistas” (pós-modernos) no debate científico pela afirmação de uma modernidade radicalizada na sua pretensão emancipatória. Como visto, pelo lado dos objetivistas temos a afirmação do conhecimento pautado exclusivamente por padrões universais, a-históricos de neutralidade e de condição fundamental de igualdade, em que a objetividade se confunde com neutralidade; por outro lado, há os relativistas/diferencialistas que afirmam a não-possibilidade de conhecimento objetivo universal sobre o mundo, nenhuma meta-narrativa, nenhuma costura possível (só fragmentos), tentando demonstrar, então, que uma posição relativista radical é a única possível, resgatando a incomensurabilidade e a não-permanência do conhecimento que é produzido diferencialmente, em um determinado tempo e espaço. A presente proposta de colocar o *campo de gênero e feminista*, e a conseqüente versão que ela importa de uma versão das ciências desdobrada no seu projeto multicultural de emancipação social, no patamar de um universal histórico e contingente levantam a possibilidade da comensurabilidade e da

concepção de um formato alternativo de cognição que seja crítico e ao mesmo tempo superador de ambos os lados.

Sabemos que entre as nossas discussões mais acirradas se encontram os temas paradoxais que constituem o já referido “núcleo duro” desse *novo campo*. Entre eles se destaca, sem dúvida alguma, o tema da afirmação política e identitária da igualdade e/ou da diferença que em termos de uma lógica de políticas públicas, por exemplo, pode ser reposto no já igualmente famoso debate a respeito da universalização e focalização de políticas.

O que estamos tentando fazer aqui avançar é a constatação de que este movimento – por exemplo: ora focalização, ora universalização – é a matéria-prima constituinte e constitutiva do próprio processo de caminhada política e científica rumo às conquistas das mulheres, às conquistas empreendidas no *campo de gênero e feminista*. Em alguns momentos, histórica e contingentemente, é necessário fazer avançar demandas e reivindicações de igualdade (lógicas de ação e intervenção universalizantes sobre a família, por exemplo); em outros momentos, o que pode ser estratégico e factível são demandas e reivindicações pela afirmação das diferenças (lógicas de intervenção mais focalizadas sobre as mulheres, dentro das famílias). Importa salientar que esse processo é inapelavelmente aberto ao debate.

Numa proposta de conhecimento, de ciência em que o que se valoriza é o modo de pensar e as suas conseqüências e não a descrição do mundo, que não vê o conhecimento como uma representação neutra do mundo ontológico externo, é que poderia estar inserida a proposta de ação de um *novo campo de gênero e feminista*. Ou seja: sabendo e reconhecendo que o conhecimento (científico) é capaz de intervir e agir sobre o mundo, que ele possui conseqüências sobre o mundo, que ele é ação sobre o mundo, é que proponho a sustentação teórica, epistemológica e política do *campo de gênero e feminista* como sendo da ordem de um *universal histórico e contingente* que opera dinâmica e paradoxalmente na busca constante e responsável de um *devir gênero que por sua vez se desdobra na afirmação radicalizada de um devir ciência*.

Esta condição do *devir gênero*, instituinte do campo de gênero e feminista, é a condição possível do agenciamento, da agência ou da passagem à posição de sujeito (e não mais de assujeitado/a) às mulheres e às outras identidades igualmente oprimidas. Sendo a teoria feminista um empreendimento intelectual que surgiu basicamente de um impulso político – a visibilidade e o real empoderamento das mulheres –, avança agora com a proposta do *gênero*

como um campo que se preocupa em re-fundar a própria ciência, possibilitando um enunciar/enunciado para as mulheres (e também para os outros gêneros) que as coloca, estável e ao mesmo tempo instávelmente, no lugar de sujeito (como qualquer outro), para logo, logo, as deslocar de lá.

Assim, pretende-se propor que o campo de gênero, fundado numa epistemologia multicultural emancipatória da complexidade, do paradoxo e da simultaneidade, opere através de sujeitos e agenciamentos que são transitórios e múltiplos, às vezes transitivos e nunca meta-sujeitos construídos por meta-narrativas; desde sempre eus corpóreos/corporificados, gendrados/generificados, racializados/etnicizados, estamentais, politizados etc. na busca de um projeto de emancipação social responsável. Durante muitos séculos, as ciências, em especial as ciências físicas e naturais, construíram para si a ilusão de que o conhecimento científico não era produzido por pessoas/cientistas (construído), mas pelas próprias coisas/objetos (descoberto/revelado pela empiria). Agora que sabemos do seu processo evidente e flagrante de construção e significação e mútua imbricação, resta-nos indagar sobre o que objetivamos continuar a construir e significar. É possível uma ciência que seja reflexiva e que possa colaborar na árdua tarefa política e social de reconstrução de cenários de interação e sociabilidade humanas mais equânimes, mais simétricos, mais responsáveis e, quem sabe, mais democráticos em termos de gênero, raça, geração etc.?

Muito ainda se encontra por fazer nessa direção. Entendemos agora que todas as relações entre humanos e entre estes e as instituições (tal como o Estado) são para sempre relações atravessadas pelo poder, inclusive o poder de se re-construir. Eminentemente políticas, portanto, tais relações estabelecidas destacam o papel crucial da atuação feminina, seja como mulheres, seja como feministas, na promoção e manutenção de uma nova ciência emancipatória e de novo desenvolvimento sustentável baseado nesse conhecimento e nessa ciência (e não apesar delas).

Desmistificar, portanto, a “neutralidade” da ciência seria tão importante quanto denunciar a atuação supostamente “neutra” do Estado/governo brasileiro (e também de qualquer Estado), e estas são conquistas que vêm sendo empreendidas pelo campo de gênero e feminista. Os governos têm sistematicamente adotado políticas que têm sim, efetivamente, o poder de interferir direta e imediatamente na vida das pessoas (e em especial das mulheres), mas que, nem sempre, infelizmente, essas ‘intenções’ estão claramente apresentadas.

Sabemos que as relações entre instituições (tal como o Estado) e pessoas que prestam serviços às mulheres, aos grupos de cor etc. são relações atravessadas pelo poder. Eminentemente políticas, portanto, essas relações estabelecidas entre as usuárias mulheres e os usuários negros (para não mencionar a complexidade da sobreposição dos dois) das políticas sociais e o Estado brasileiro destacam o papel crucial da atuação feminina e racializada, seja como mulheres, seja como mães, seja como feministas, seja como negros e negras na promoção e manutenção do desenvolvimento sustentável das próprias famílias.

Em todo esse processo ainda mereceria destaque a participação de grupos de conscientização e mobilização de homens, que vêm sistematicamente e de forma destradicionalizada buscando discutir, problematizar e incluir estes grupos (inclusive os de classes mais pobres) na discussão sobre sua efetiva participação crítica, por exemplo, na vida sexual e reprodutiva de suas famílias, salientando e difundindo os temas da paternidade responsável, do planejamento familiar compartilhado, da não-violência contra as mulheres e as crianças etc. Essas intervenções de um *feminismo masculino* nos dão bem a dimensão da complexidade e dos paradoxos que precisamos valorizar e defender: precisamos, cada vez mais e sempre, de homens feministas, homens que sejam capazes de se deslocar e de desconstruir posições tradicionais atinentes ao gênero masculino e às ciências construídas sobre bases “neutras” e “ocidentais” para nos ajudar a reinventar vínculos mais simétricos, emancipatórios e democráticos num campo de interação permanente de gênero e no campo de uma ciência renovada na multiculturalidade emancipatória.

O campo de gênero e feminista, assim como tentei demonstrar, tem se efetivado e consolidado através de várias iniciativas. Está tudo realizado então? Claro que não, muito ainda se encontra por fazer. Boas intenções e propósitos nobres e simpáticos à causa de gênero e feministas e ao desejo de repor as ‘verdades’ científicas são condições necessárias, mas não suficientes para o avanço real das condições de assimetria e desigualdades de gênero e das desigualdades sociais como um todo.

É sabido que o pensamento feminista e de gênero tem nos oferecido ferramentas teóricas e reflexões metodológicas substantivas que já são responsáveis pela formação de algumas gerações de pensadores acadêmicos e de intelectuais. Penso que esse forte avanço no sentido da concretização da institucionalização desse novo *campo*, além de produzir a sua visibilização e reforçar a sua consolidação, vai contribuir concretamente nas muitas

revisões e re-elaborações de questões que são centrais na ciência política, na sociologia, na antropologia, na psicologia, na comunicação social etc. e que ainda não tivemos tempo suficiente para deflagrar. O espaço está conquistado e necessita ser definitivamente consolidado, mantido e até ampliado. Mas, olhando para trás, parece-me inegável que aquelas e aqueles que, como eu, fizeram parte deste caminhar tenham muito mais a comemorar do que a lastimar.

Referências bibliográficas

- AMORÓS, Célia. *Tiempo de feminismo. Sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1997.
- BENHABIB, Seyla (ed.). *Feminism as Critique*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- _____. *Situating the Self. Gender, Community and Postmodernism in Contemporary Ethics*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- BERNSTEIN, Richard. *Beyond Objectivism and Relativism*. Philadelphia: University Press, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Fieldwork in Philosophy*. Entrevista com A. Honneth, H. Kocyba e B. Schwibs. 1986. Mimeo.
- BUTLER, Judith. "Reescincificação de lo universal: hegemonia y limites del formalismo". In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. *Contingencia, hegemonia y universalidad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003. p. 17-48.
- DAGNINO, Evelina (Org.). *Anos 90 – Política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Les Editions de Minuit, 1991.
- FRASER, Nancy, and NICHOLSON, Linda. *Feminism/ Postmodernism*. New York: Routledge, 1990.
- GERGEN, Mary M. (ed.). *Feminist Thought and the Structure of Knowledge*. New York and London: New York University Press, 1988.
- JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R. *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- HARDING, Sandra. *The Science Question in Feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- _____. *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, Feminisms, and Epistemologies*. Bloomington: Indiana University, 1998.
- DE LAURETIS, Teresa (ed.). *Feminist Studies/Critical Studies*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.
- KELLER, Evelyn F. *Reflections on Gender and Science*. New Haven: Yale University Press, 1985.

- KUHN, Tomas S. *The Structure of Scientific Revolution*. Chicago: The University Chicago Press, 1970.
- LATOUR, Bruno. *Science in Action*. Milton Keynes, UK: Open University Press, 1987.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACHADO, Lia Zanota. *Campo intelectual e feminismo: alteridade e subjetividade nos estudos de gênero*. Brasília: UnB, 1994. (Série Antropologia, n. 170).
- MANDELROT, Benoit B. *The Fractal Geometry of Nature*. New York: W. H. Freeman, 1983.
- MICELI, Sergio. "A força dos sentidos". In: MICELI, Sergio (Org.). *Pierre Bourdieu: a economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. p. I-LXI.
- MORIN, Edgard. *La Methode*. Paris: Editions du Seuil, 1977. v. 1 (*La nature de la Nature*).
- _____. *La Methode*. Barcelona: Teorema, 1985. v. 2 (*La Vida de la Vida*).
- _____. *La Methode*. Barcelona: Teorema, 1987. v. 3 (*El Conocimiento del Conocimiento*).
- _____. *La Methode*. Paris: Editions du Seuil 1991. v. 4 (*Les Idées*).
- ORTIZ, Renato; FERNANDES, Florestan (Coords.). *Pierre Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- PIERUCCI, Antônio Flávio. *As citadas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- PISCITELLI, Adriana. "Recriando a (categoria) mulher?" In: ALGRANTI, Leila (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. (Textos Didáticos, n. 48).
- PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *La Nouvelle Alliance: métamorphose de la science*. Paris: Editions Gallimard, 1979.
- RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política dos sexos*. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS CORPO – Gênero e Cidadania, 1975.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero e patriarcado*. III Encontro "Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares". 1993. Mimeo.
- SCHEREN-WARREN, Ilse. *Movimentos em cena... E as teorias por onde andam*. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/movimentos_em_cena.asp> Acesso em: jul. 2004.
- SCHNITMAN, Dora Fried. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SCHOTT, Robin. *Eros e os processos cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SCOTT, Joan. "Gender: Useful Category of Historical Analysis". *American Historical Review*, v. 91, n. 5, Dec. 1986. p. 1053-1975.

_____. "O enigma da igualdade". *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

[Recebido em junho de 2007
e aceito para publicação em novembro de 2007]

**Gender Theories or Theories and Gender?
If and how Feminist Gender Studies became a New Science Field**

Abstract: *This article seeks to define what would be the order of gender studies within the Brazilian academic setting today. Given three sets of distinct reflections, the article tries to explore gender initially understood as a "theme" and a "concept" to subvert it and postulate gender today as a new scientific field. These three sets of reflections refer to: 1) the place of the current art of gender and feminist studies in Brazilian academic reflections; 2) the consequent attempt to explain and delimit the theoretical conceptions in these studies, which includes the objective of going beyond a mere concept, tool or analytic construction, establishing a new field of study in social and human sciences and even a new epistemology in the sciences; and 3) the discussions of the implications and consequences that such an initiative would have on the sciences, in addition to bringing contributions to a feminist epistemology as well as postulating a science with a multicultural and emancipating character.*

Key Words: *Gender Studies; Feminist Studies; Feminist Epistemology..*